

Do templário ao funerário no Egito Antigo: o exemplo do Ritual de Abertura da Boca.

MARIA THEREZA DAVID JOÃO¹

PROLEGÔMENOS

O termo “democratização” da imortalidade, cunhado primeiramente pelo egiptólogo John Wilson, é empregado pelos estudiosos para explicar um processo que levou, no Egito antigo, ao alargamento de concepções funerárias outrora prerrogativas régias a um âmbito socialmente mais amplo. Tal processo pode ser observado em diversos momentos da história egípcia, a exemplo daquele ocorrido em fins do Reino Antigo (2575-2134 a.C.) e início do Reino Médio (2040-1640 a.C.). Neste caso em particular, encantamentos anteriormente de uso exclusivo dos faraós em suas pirâmides – os assim chamados “Textos das Pirâmides” – e que serviam como um guia para o morto no outro mundo, tiveram o seu uso ampliado a determinadas parcelas da população que passaram a inscrevê-los de forma resumida em seus esquifes (complementando-os com novos encantamentos e variações regionais) inaugurando um novo tipo de literatura ritual funerária conhecida por “Textos dos Sarcófagos”.

A importância dos encantamentos, tanto dos Textos das Pirâmides quanto dos Textos dos Sarcófagos, devia-se ao fato de que ambos ofereciam a seus usuários um meio de obtenção da imortalidade junto aos deuses - que era a forma de pós-morte mais almejada pelos egípcios – e também serviam, no caso dos Textos das Pirâmides, como formas de distinguir o *status* régio, o qual foi mais tarde apropriado pelos beneficiários dos Textos dos Sarcófagos².

¹ Maria Thereza David João é doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Rede, mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do CEIA-UFF (Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade) e do LAOP-USP.

² Cf. FINNESTAD, Ragnhild Bjerre. The pharaoh and the “democratization” of post-mortem life. In: ENGLUND, Gertie. *The religion of the ancient Egyptians*. Cognitive structures and popular expressions. Uppsala: 1989; Cf. SORENSEN, Jorgen Podemann. Divine Access: the so-called democratization of egyptian funerary literature as a socio-cultural process. In: ENGLUND, Gertie. *op. cit.*)

Embora seja através da literatura funerária que possamos compreender de forma mais clara esse processo de “democratização”, vale a pena salientar que os encantamentos fúnebres não foram os únicos elementos dessa natureza a serem “democratizados”. Diversos ritos, objetos e símbolos outrora régios tornaram-se também parte integrante do cotidiano religioso das pessoas que puderam, então, conseguem adquirir tal privilégio.

É importante notar que, apesar do uso do termo “democratização”, o alargamento das concepções funerárias não foi amplo e irrestrito a todas as parcelas da população. O termo, inclusive, tem sido alvo de freqüentes discussões por parte dos egiptólogos, que o consideram errôneo justamente por sugerir uma interpretação equivocada acerca de sua abrangência, uma vez que esta se relaciona apenas a um grupo quantitativamente muito restrito da população³. O acesso a tais privilégios funerários implicava, de um lado, em poder aquisitivo suficiente para arcar com a execução dos ritos e, de outro, no alcance de um *status* (relacionado a determinadas funções exercidas no âmbito religioso) que possibilitasse o “acesso ao divino”, segundo as normas de decoro religioso existentes na sociedade egípcia⁴.

Quando se fala em “democratização” de prerrogativas anteriormente exclusivas do faraó, é preciso reconhecer que a sua ocorrência no âmbito religioso é parte de um processo que envolve mudanças em toda a sociedade no período em questão. Nesse sentido, observa-se que não foram apenas os ritos reservados ao monarca que foram apropriados. Rituais templários também são adaptados à esfera funerária, e é precisamente essa relação que interessa de forma mais particular a esse trabalho.

Partindo das considerações do historiador Ciro Flamarion Cardoso sobre a unidade básica das representações egípcias, verificaremos de que forma há uma concepção basicamente unitária das representações sociais relativas tanto ao culto divino quanto

³ WILLEMS, Harco. *Les Textes des Sarcophages et la démocratie*. Éléments d’une histoire culturelle du Moyen Empire Égyptien. Paris: Cybelle, 2008. p.04.

⁴ A esse respeito ver: JOÃO, Maria Thereza David. *Dos Textos das Pirâmides aos Textos dos Sarcófagos: a “democratização” da imortalidade como um processo sócio-político*. Nessa dissertação as considerações do egiptólogo escandinavo Jorgen Sorensen sobre o “acesso ao divino” são revistas e discutidas tendo em vista o contexto do final do Reino Antigo, no qual se observa o crescente exercício de funções religiosas por parte dos nomarcas (administradores das províncias).

ao culto funerário no antigo Egito, através da análise do ritual conhecido como Abertura da Boca.

A “DEMOCRATIZAÇÃO” DA IMORTALIDADE COMO PROCESSO SÓCIO-POLÍTICO

O contexto da “democratização” da imortalidade é marcado por mudanças trazidas por um processo de descentralização do poder e sua pulverização regional nas mãos dos nomarcas⁵, o qual foi iniciado durante a VI dinastia egípcia e que termina com a re-unificação do Alto e Baixo Egito por Mentuhotep II⁶. Uma nova elite se constitui nas províncias, a qual passa a gozar de certos benefícios de tipo religioso, social, político e econômico, usurpando padrões e prerrogativas antes apanágios régios. Uma das facetas desse processo é, justamente, a “democratização” da imortalidade, uma vez que essas pessoas passam também a gozar do privilégio de desfrutar de uma vida após a morte junto aos deuses, restrita somente ao monarca. Os encantamentos dos Textos das Pirâmides, que permitiam ao rei alcançar essa condição após a morte, foram reapropriados por essas elites, que desenvolveram e adaptaram as crenças funerárias régias existentes em um novo conjunto de fórmulas mágicas, denominado Textos dos Sarcófagos.

As novas caracterizações do outro mundo existentes nos Textos dos Sarcófagos (como os paraísos agrários de Osíris, calcados estreitamente na realidade nilótica) deixam claros novos anseios com relação à existência pós-terrena, não mais centrados no cotidiano faraônico, embora ainda persistam, nestes textos, alguns padrões régios.

Como produtos da própria *práxis* social, as características das práticas mortuárias não podem ser corretamente compreendidas se o estudo permanecer restrito somente ao âmbito funerário. Seria simplista demais – para não dizer equivocado – afirmar que a “democratização” da imortalidade é meramente reflexo de um aumento da

⁵ Os nomarcas, outrora funcionários da administração central, efetuavam o controle das províncias. Com o tempo, suas funções se tornaram hereditárias e estas pessoas passaram a construir nichos de poder locais, atuando nos territórios sob seu controle como vice-reis, em detrimento do poder do faraó.

⁶ Este recorte cobre, portanto, a parte final do Reino Antigo (2575-2134 a.C.), um período de transição conhecido como Primeiro Período Intermediário (2134 - 2040 A.C), e parte inicial do Reino Médio (2040-1640 a.C.). A cronologia aqui adotada é a proposta em BAINES, John; MÁLEK, Jaromír. *Atlas of Ancient Egypt*. Oxford: Phaidon, 1980, pp. 36-37)

religiosidade dentre os egípcios, ou de um maior fervor religioso em um dado momento. Entende-se, aqui, o desenvolvimento das práticas funerárias e a “democratização” da imortalidade sob uma ótica que os insere no mesmo contexto em que se processam importantes transformações políticas e sociais no seio da sociedade egípcia.

No período mencionado (fins do Reino Antigo e início do Reino Médio) pode-se observar um processo de enfraquecimento da monarquia, que ocorre concomitante à construção de nichos de poder por parte de altos funcionários ligados a quadros administrativos provinciais, os nomarcas. Este quadro culmina em um período turbulento da história egípcia conhecido como Primeiro Período Intermediário. Há várias hipóteses acerca dos fatores que teriam levado ao colapso do Reino Antigo e ao advento da situação ora mencionada. Cardoso enumera cinco: 1) excesso de independência dos sacerdotes, com isenções e doações que enfraqueceram o patrimônio estatal; 2) fraqueza pessoal dos reis; 3) avanço do poder e hereditariedade de funções dos nomarcas; 4) revolta popular e 5) invasão estrangeira⁷.

Jan Assmann define este período pelo surgimento de “estruturas policêntricas”; em suas próprias palavras, podemos entendê-las da seguinte forma:

Por baixo da superfície monocêntrica do estado territorial dominante nas fases de “Reino” da história egípcia, uma profunda estrutura policêntrica repetidamente aparecia quando a superfície desmoronava. Esta alternância entre a superfície e uma estrutura mais profunda é espelhada na mudança entre os paradigmas semânticos cooperativo e competitivo. Nas fases em que o poder central enfraquecia seu controle, valores competitivos ganhavam vantagem sobre os valores que favoreciam a integração⁸.

Esta situação é acentuada a partir da V e da VI dinastias, quando os administradores provinciais de outrora passam a ficar, cada qual, responsável por um só nomo, o que implicou fixar residência nos locais a que eram destinados. Saliente-se que,

⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Sete olhares sobre a antiguidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994. p.81.

⁸ ASSMANN, Jan. *The mind of Egypt. History and meaning in the time of the pharaohs*. Cambridge: Harvard University Press, 2003. p.84.

anteriormente, o modelo vigente não permitia este tipo de alocação. Predominava uma forma de administração conhecida por “governo expedicionário”, conforme definido por C. Eyre., e que consiste, basicamente, no controle provincial por intermédio de representantes fortemente vinculados ao poder central e à então capital Mênfis⁹.

A possibilidade de ascensão dos nomarcas é freqüentemente atribuída a uma crescente complexidade administrativa no Egito antigo - ou "elefantíase burocrática", como curiosamente a chama Corrado Barbagallo¹⁰ - que obrigou o faraó a delegar cada vez mais certas funções a terceiros, escolhidos dentre aqueles que lhe eram mais próximos.

Em razão da própria geografia do Egito – território longo e extenso – a comunicação com as diversas províncias era difícil, feita pela via da navegação. Isto implica dizer, por conseguinte, que o controle das mesmas era também muito difícil, o que facilitava a “divisão e o particularismo nas fases em que o governo central se debilitava”¹¹. Em pouco tempo, as funções dos nomarcas se tornaram hereditárias, o que implica afirmar um ganho de poder crescente por parte destes funcionários provinciais, que passam a organizar a administração no nível local segundo seus próprios interesses.

Como detentoras do culto e do poder, estas novas aristocracias locais gozavam de imunidade fiscal, e passaram a exercer direitos sobre seus territórios, constituindo-se em estados dentro do próprio Estado desmembrando, assim, a soberania do rei. Os territórios doados pelo rei para usufruto destes funcionários passam, também, a ficar sujeitos às leis de hereditariedade. Desta forma, o poder do rei passa, efetivamente, para as mãos destas pessoas, auxiliadas pelo advento da hereditariedade de suas funções.

Este processo levou a uma concentração cada vez maior de poder e riqueza por parte das elites locais, que agiam como o rei e sua corte nos territórios que escapavam às frágeis teias do poder central, debilitado em função de problemas como os

⁹ EYRE, Christopher. Pouvoir central et pouvoir locaux: problèmes historiographiques et méthodologiques. *Méditerranée*, Paris: L'Harmattan. n. 24. 2000. p. 16.

¹⁰ BARBAGALLO, Corrado. Apoteosi e decadenza dell'assolutismo monarchico nell'Antico Regno: la prima rivoluzione político-sociale. *Gli uomini (...)*, n. 19. Firenze: Casa Editrice G. D'Anna, 2000, pp. 63-68.

¹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

enumerados alhures por Cardoso. Com isto, os nomarcas foram angariando alianças e conquistando um prestígio crescente, em razão da função que desempenhavam.

Neste sentido é possível explicar a aquisição dos textos funerários régios através deste mecanismo da perda de autoridade faraônica, uma vez que as conseqüências deste processo podem ser observadas em vários aspectos da sociedade egípcia. Há uma lenta difusão de elementos outrora pertencentes à realeza a estes setores da população, uma vez que o motor que movia a ascensão destas elites era um processo de imitação e emulação em relação à Corte. Na decoração dos sarcófagos, por exemplo, apareciam pintadas algumas possessões que não representavam, necessariamente, possessões do morto, mas sim elementos apropriados dos rituais fúnebres do monarca. Os amuletos apotropaicos colocados junto ao corpo do rei morto foram, igualmente, adquiridos por particulares, muito embora fossem utilizados em sua confecção materiais de qualidade inferior em relação àqueles confeccionados para o rei. Um outro exemplo é a utilização do formato piramidal na construção das tumbas de alguns nobres, outrora marcas distintivas dos locais de sepultamento dos governantes egípcios.

É nesse contexto de “democratização” que podemos compreender ampliação da realização do Ritual de Abertura da Boca, originalmente executado para o rei. Esse rito se estendeu gradualmente se estendeu para a nobreza e outros que pudessem pagar por ele.

O RITUAL DE ABERTURA DA BOCA E A UNIDADE BÁSICA DAS REPRESENTAÇÕES EGÍPCIAS

Segundo os egípcios, a morte de uma pessoa cessa as suas faculdades físicas e mentais, as quais poderiam ser recuperadas através do desempenho de certos atos mágicos. Herman te Velde observa que

Uma vida no outro mundo era pré-fabricada por palavras, atos e dons. Estas preparações extensivas mostram um apelo impressionante para retirar vida da morte. No Egito, o protesto humano contra a morte foi transformado em apelos persuasivos ou, como alguns poderiam obter, para preservar e renovar a vida.

Um exemplo é o Ritual da Abertura da Boca. Tal ritual não possui, em sua origem, ligação com as práticas funerárias. Destinava-se, antes, às estátuas régias e às estátuas divinas, afim de prover o sopro de vida que as animaria e permitiria, portanto, que se beneficiassem do culto a elas destinado. Assim o *ka* das estátuas poderia receber e se beneficiar, magicamente, das oferendas de alimentos que eram depositadas diariamente pelos sacerdotes. Os primeiros testemunhos que possuímos desse ritual remontam ao faraó Quéops, da IV dinastia.

Como os egípcios esperavam que seus mortos pudessem desfrutar, no outro mundo, de uma vida similar àquela terrena, era necessário que se fizessem os rituais adequados que permitissem restaurar as suas faculdades físicas e mentais. O banquete funerário era parte essencial dos ritos funebres no Egito – para que o falecido pudesse absorver a energia vital dos alimentos inseriu-se o Ritual de Abertura da Boca nas múmias egípcias. A esse respeito, diz Ciro Flamarion Cardoso :

1. Como todos os seres vivos – deuses, homens vivos, homens mortos enterrados segundo os ritos funerários, eventualmente mesmo animais mumificados – têm em comum a posse de um *ka* ou “princípio do sustento”, a manutenção da continuidade do ser depende, para todos eles, da alimentação: refeições no caso dos seres humanos vivos, oferendas de comida e bebida feitas nos templos e nas capelas das tumbas no caso dos deuses e dos mortos. 2. Dado o ponto exposto acima, as representações acerca da manutenção da continuidade do ser são, no essencial, similares em todos os casos mencionados, o que significa que uma mesma base de noções empresta sentido ao culto divino templário e ao culto funerário: isto se verifica tanto no relativo ao aspecto quotidiano dos cultos quanto no que diz respeito aos festivais religiosos periódicos.

A princípio, o ritual templário da abertura da boca destinava-se a animar a estátua do deus, retirando-a de seu estado de inércia e despertando-a para a vida latente que carregava dentro de si. Posteriormente, esse ritual estendeu-se às múmias dos faraós, e há uma série de documentos que denotam, inclusive, a confusão que muitas vezes eram feitas nos rituais ao recitar “estátua” quando, o que se estava à frente, era a múmia. Um encantamento funerário retirado dos Textos dos Sarcófagos, por exemplo,

retrata essa situação: “Realizar a abertura da boca para a estátua de N (era assim que todos os falecidos eram designados), na Casa do Ouro”¹².

Para os egípcios, as estátuas serviam como receptáculos que acolhiam os deuses em seu interior, os quais ali ficavam com o intuito de receber as oferendas que lhes eram colocadas diariamente tanto na forma de objetos quanto na forma de alimentos. Por esse motivo, era necessário que diariamente essas estátuas fossem devidamente preparadas para receber as divindades. A associação com o culto funerário, aqui, é clara: assim como as múmias ficavam na escuridão na tumba aguardando uma nova vida, as estátuas dos deuses eram encerradas em seus tabernáculos, isoladas da luz, até o início dos rituais de animação que seriam realizados pelos sacerdotes.

O culto aos deuses era realizado três vezes ao dia: ao nascer do sol, ao meio dia e ao por-do-sol, visto que a maioria dos templos egípcios eram orientados segundo a teologia sola. Eram também um microcosmos, um horizonte de regeneração (akhet), no qual se recriavam todos os aspectos concernentes à criação do mundo.

O Ritual de Abertura da Boca era realizado segundo as orientações de um “livreto”, originalmente composto para guiar os sacerdotes dos templos nos rituais de animação das estátuas. Processa-se, mais tarde, sua integração aos elementos osirianos, característicos da esfera funerária, de forma alargada e enriquecida. Na literatura mortuária, esse “livreto” original se mistura às seções referentes aos rituais de oferendas, comprovando a fusão.

Em relação aos cultos diários realizados nas estátuas, é possível perceber diversas semelhanças em relação aos elementos osirianos que marcam as crenças e práticas funerárias dos egípcios. Em um dos momentos do culto, por exemplo, a estátua é ornada com insígnias de poder, e menciona-se que o oficiante “atou” os ossos do deus. O ritual de mumificação, por sua vez, ata o falecido com bandagens, afim de devolver a integridade de seu corpo. Em um dado momento do culto às divindades, realizado perante as estátuas, procede-se à apresentação de unguentos à estátua divina. De forma análoga, utilizam-se ingredientes perfumados no processo de mumificação.

¹² A Casa do Ouro era o local onde se processava a parte inicial do ritual de abertura da boca destinado às estátuas divinas.

Através desses exemplos, portanto, é possível argumentar a existência de um *princípio unificador*, como o chama Ciro Flamarion Cardoso, que orienta o culto funerário e o culto templário e organiza suas representações.

É interessante observar como o contexto da “democratização” da imortalidade contribui para o alargamento dessa esfera, especialmente no tocante à apropriação dos ritos templários na esfera funerária. O Ritual de Abertura da Boca, como visto anteriormente, destinava-se a transmitir vida divina às estátuas, seus receptáculos. A sua introdução no âmbito das práticas mortuárias se realiza primeiro entre os faraós, para transmitir a eles as faculdades de acesso à vida divina. Com a “democratização” da imortalidade todos os beneficiários desse processo passam a adquirir o privilégio de se tornar um deus na outra vida.

Para Jorgen Sorensen, o “acesso ao divino” (que caracteriza os ganhos com a “democratização”) poderia ser obtido de três formas: ofício em rituais no templo; imitação de papéis míticos; e identificação a um deus ou por conhecimento religioso. Este acesso era limitado por algumas regras de decoro, e a separação entre os que poderiam ou não poderiam desfrutar deste privilégio era marcada pela distinção entre um *status* régio e um não-régio. Como a “democratização” representa uma usurpação de prerrogativas outrora régias a uma parcela mais ampla da população, outras pessoas, adquirindo-as, puderam partilhar de parte dos benefícios imbutidos nessa condição. Uma delas é o acesso ao divino por identificação a um deus, já que todos os falecidos passam a ser identificados como um “Osíris”.

Ao adquirir, portanto, uma parcela divina em seu ser, a múmia do falecido tornava-se um receptáculo que deveria ser preparado para recebê-la. Entende-se, dessa maneira, porque o Ritual de Abertura da Boca passa a ser realizado também no âmbito privado, por particulares. Não se trata de mera imitação de um elemento exclusivo dos ritos fúnebres destinados ao monarca. Trata-se da confirmação de uma conquista religiosa que contribui, por sua vez, para diminuir a distinção do faraó em relação aos demais mortais, o que leva ao surgimento de novos elementos (no caso, no tocante ao âmbito funerário) que pudessem dar conta de novamente ampliar essa distinção.

BIBLIOGRAFIA

ASSMANN, Jan. *The mind of Egypt*. History and meaning in the time of the pharaohs. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

BARBAGALLO, Corrado. Apoteosi e decadenza dell'assolutismo monarchico nell'Antico Regno: la prima rivoluzione político-sociale. Gli uomini et le loro istituzioni, n. 19. Firenze: Casa Editrice G. D'Anna, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A unidade básica das representações sociais relativas ao culto divino e ao culto funerário no Antigo Egito* (Período Raméssida: 1307-1070 a.C. segundo a cronologia convencional, 1295-1069 a.C. segundo a cronologia curta). Cópia cedida pelo autor.

_____. *Sete olhares sobre a antiguidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

_____. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

EYRE, Chistopher. Pouvoir central et pouvoir locaux: problèmes historiographiques et méthodologiques. *Méditerranée*, Paris: L'Harmattan. n. 24. 2000.

FINNESTAD, Ragnhild Bjerre. The pharaoh and the "democratization" of post-mortem life. In: ENGLUND, Gertie. *The religion of the ancient Egyptians*. Cognitive structures and popular expressions. Uppsala: 1989.

GOYON, Jean-Claude. *Rituels funéraires de l'ancienne Égypte*. Le rituel de l'Embaumement, Le rituel de l'ouverture de la bouche, les livres dès respirations. Paris: Éditions Du Cerf, 1972.

JOÃO, Maria Thereza David. *Dos Textos das Pirâmides aos Textos dos Sarcófagos: a "democratização" da imortalidade como um processo sócio-político*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

SORENSEN, Jorgen Podemann. SORENSEN, Jorgen Podemann. Divine Access: the so-called democratization of Egyptian funerary literature as a socio-cultural process. In: ENGLUND, Gertie. *The religion of the ancient Egyptians*. Cognitive structures and popular expressions. Uppsala: 1989.

WILLEMS, Harco. *Les Textes des Sarcophages et la démocratie*. Éléments d'une histoire culturelle du Moyen Empire Égyptien. Paris: Cybelle, 2008.